

ANÁLISE DOS FATORES LIGADOS AO SUCESSO E INSUCESSO ESCOLAR DE UM GRUPO DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MINAS GERAIS ¹

Mariana Vaz Landim²

RESUMO

O último censo demográfico realizado pelo IBGE apontou que o total de concluintes do Ensino Médio atingiu um patamar de estabilidade ao longo do período 2000-2012, atingindo um percentual de apenas 2%. Já no ensino superior houve um aumento significativo no número de ingressantes representando um aumento percentual de 120% no mesmo período. Para Corbucci (2014) a estagnação observada está diretamente relacionada com a manutenção das baixas taxas de conclusão no ensino fundamental, decorrentes de elevadas taxas de reprovação e evasão neste nível de ensino. Neste trabalho o objetivo central é compreender alguns elementos ligados a trajetória escolar dos alunos e demonstrar como esses elementos podem estar relacionados ao sucesso e insucesso escolar, assim como podem influenciar a expectativa dos alunos com relação a sua entrada em uma Instituição de Ensino Superior. Uma análise desse teor se justifica pela importância do reconhecimento do formato de educação que vem sendo oferecida nas escolas públicas e para levantar o questionamento sobre esses ambientes serem de fato democráticos, plurais, inclusivos e igualitários. Para desenvolver o trabalho foi realizada uma análise qualitativa de algumas questões de um questionário respondido por alunos de uma escola pública no interior de Minas Gerais. Os resultados foram agrupados em gráficos e apontam que a escola analisada ainda deixa muito a desejar no sentido do acolhimento e valorização dos alunos, especialmente aqueles que se reconhecem como minorias no interior da escola. Entretanto observou-se que não há uma relação direta entre o sentimento de valorização dos alunos e as expectativas que eles mantêm sobre o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Acesso, Ensino Superior, Ensino Fundamental, Igualdade, Oportunidade.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade no acesso ao ensino superior é um aspecto amplamente reconhecido da educação brasileira e apresenta-se como um tema frequente na pesquisa educacional (RISTOFF, 2014; CARVALHO; WALTENBERG, 2015; ROSSETO; GONÇALVES, 2015; SALATA, 2018). Esse nível de ensino é notoriamente restrito a uma parcela da população e essa restrição pode ser explicada por diversos fatores. Um deles diz respeito a implantação tardia da educação superior no Brasil. A primeira universidade brasileira foi fundada no século XX enquanto na América Latina as primeiras universidades remontam ao século XVI

¹ O trabalho faz parte do Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Projetos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Professora na rede estadual de ensino de Minas Gerais; marivlandim@gmail.com

(CORBUCCI, 2014). Também como fator histórico é preciso considerar a longa duração da escravidão sendo este um outro fator que nos coloca em desvantagem em relação aos países sul-americanos (CORBUCCI, 2014).

Além dos fatores históricos, há também os fatores ligados às políticas educacionais instituídas nas últimas décadas, um deles é o que Pinto (2004) irá chamar de “adoção de um modelo de expansão assentado no setor privado”. Segundo o autor esse modelo privatista de expansão não é suficiente para garantir o acesso universal ao ensino superior uma vez que inibe o ingresso de negros e pobres nas instituições que oferecem esse nível de ensino. Com a implantação do Programa Universidade para todos (ProUni) a proporção de estudantes negros e de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino privadas tem crescido, no entanto, segundo Corbucci (2014) quando se comparam as proporções destes dois grupos em instituições públicas e privadas, sua incidência ainda é maior nas primeiras.

Outro fator que merece destaque diz respeito a ampliação do número de concluintes do ensino médio na década de 70. Catany e Hey (2007) explicam que o estado encontrava-se despreparado para atender a esse aumento da demanda e isso levou a uma maior abertura de espaço para atuação do setor privado. Entretanto, segundo os autores essa demanda foi atendida apenas parcialmente pois, ao serem ofertadas pelo setor privado pressupõe-se a existência de meios financeiros para custear as mensalidades cobradas. Os autores consideram que mesmo com a adoção de programas como o ProUni e o Fies o modelo adotado ainda seria ineficiente para incorporar os mais pobres.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA, embora a educação superior seja considerada o nível de ensino mais adequado para os jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, constata-se que 52% desta coorte, em 2010, sequer haviam concluído o ensino médio (IPEA, 2014). Dessa forma tais jovens não estavam habilitados para ingressar no ensino superior pela simples falta do pré-requisito legal. Esse dado evidencia que, em grande medida, o acesso à educação superior é condicionado pelo histórico escolar desses jovens. Em termos ideais, aos 18 anos de idade o aluno deveria ter completado o ensino médio, mas, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, apenas 32,8% dos jovens brasileiros desta idade haviam logrado este intento.

Todos esses fatores são determinantes do acesso dos estudantes ao ensino superior, Corbucci (2014) explica que tratam-se da “porta de entrada” para o ingresso na educação superior. Entretanto e ainda de acordo com o autor, há outros fatores que antecedem esses determinantes entre os quais ele cita “o processo excludente que perpassa a trajetória dos estudantes ao longo da educação básica, a qual é profundamente influenciada por suas

condições socioeconômicas” (CORBUCCI, 2014, p.9). Ao analisar dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o autor verificou que o total de concluintes do Ensino Médio atingiu um patamar de estabilidade, tendo apresentado pequenas oscilações ao longo do período 2000-2012, atingindo um percentual de apenas 2%. Já no ensino superior houve um aumento significativo no número de ingressantes representando um aumento percentual de 120% no mesmo período. Para Corbucci (2014) a estagnação observada em relação ao número de concluintes da educação básica está diretamente relacionada com a manutenção das baixas taxas de conclusão no ensino fundamental, decorrentes de elevadas taxas de reprovação e evasão neste nível de ensino. Dessa forma a distorção idade-série é ampliada e compromete-se a continuidade nos estudos de parcela significativa do alunos oriundos de família social e economicamente desfavorecidas. Esses dados demonstram que é imperativo compreender a trajetória escolar dos alunos e os fatores geradores da distorção idade série. Exemplos desses fatores não faltam: o contexto das relações familiares, o meio no qual o aluno está inserido, a qualidade do ensino oferecido nas escolas, a maneira como a trajetória escolar motiva ou desmotiva o aluno, o acesso dos alunos a bibliotecas, ao lazer e a cultura, as políticas públicas vigentes para corrigir essa distorção e promover o acesso ao ensino superior, dentre vários outros. Neste trabalho o objetivo central é compreender alguns elementos ligados a trajetória escolar dos alunos e demonstrar como esses elementos podem estar relacionados ao sucesso e insucesso escolar, assim como influenciar a expectativa dos alunos com relação a sua entrada em uma Instituição de Ensino Superior. Uma análise desse teor se justifica pela importância do reconhecimento do formato de educação que vem sendo oferecida nas escolas públicas e para contribuir com a discussão a respeito desses ambientes serem de fato democráticos, plurais, inclusivos e igualitários, principalmente quando analisamos a garantia de oportunidades. Para desenvolver o trabalho foi realizada uma análise qualitativa de algumas questões de um questionário respondido por alunos de uma escola pública no interior de Minas Gerais. Os resultados foram agrupados em gráficos e apontam que a escola analisada ainda deixa muito a desejar no sentido do acolhimento e valorização dos alunos, especialmente aqueles que se reconhecem como minorias no interior da escola. Entretanto observou-se que não há uma relação direta entre o sentimento do valorização dos alunos e as expectativas que eles mantêm sobre o acesso ao ensino superior.

2.METODOLOGIA

A abordagem adotada neste trabalho é do tipo qualitativa que segundo Oliveira ¹ (2008, citado por SILVA, 2011) é um processo de reflexão e análise da realidade, por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico. Foi realizada a análise de um questionário respondido por alunos de uma escola pública no interior de Minas Gerais. A partir dessa análise foi possível inferir algumas percepções dos alunos sobre a escola e sobre as ações que nela se desenvolve.

A fim de levantar elementos que permitam analisar como o aluno se relaciona com o ambiente escolar e como essa relação influencia as perspectivas deles sobre o ensino superior foram analisados as respostas dos alunos de ensino fundamental e médio de uma escola pública no interior de Minas Gerais a algumas das questões do questionário “Itinerários Avaliativos de Minas Gerais – Rede Estadual-Itinerário 3 – Formulário do Estudante”. O formulário contava com treze questões que abrangiam a relação da família com a escola, do aluno com a escola e as expectativas dos alunos sobre acesso ao ensino superior e ao mercado e trabalho. Com a devida autorização das supervisoras pedagógicas responsáveis pela aplicação do questionário, quatro das questões foram analisadas neste trabalho e suas respostas foram agrupadas nos gráficos 01, 02, 03 e 04 que serão apresentados na seção resultados. O critério para a escolha das questões foi a sua relação com a proposta da investigação apresentada aqui, dessa forma as questões escolhidas foram: 01 - Você se sente valorizado pela escola?; 02 - Você se sente acolhido pela escola?; 03 - Você se reconhece como protagonista das ações educativas na escola? 04 - Você acredita que frequentará uma instituição de Ensino Superior? Para realizar as análises foram selecionados os questionários respondidos por alunos cursando a última etapa do ensino fundamental (9º ano) e a última etapa do ensino médio (3º ano), no total foram analisados 146 questionários sendo 73 do ensino fundamental e 73 do ensino médio, respectivamente. A escolha por essas duas séries foi determinada pelo fato de o nono ano ser a etapa de transição do ensino fundamental para o ensino médio e a segunda por ser a última série do ensino médio, dessa forma acredita-se que elas representam momentos importantes no qual a relação estabelecida pelo aluno com a escola poderá influenciar nas escolhas futuras realizadas por esses alunos. Na seção “resultados” serão apresentados os gráficos e as análises correspondentes.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A escola e o reforço das desigualdades

Para a Sociologia da Educação de Bourdieu “os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas são atores socialmente constituídos que trazem em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.18). Nesse sentido o grau variado de

sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares.

Bourdieu apresenta o ambiente escolar como espaço no qual as diferenças sócio-culturais dos indivíduos são ignoradas e as manifestações culturais da classe dominante são tidas como aquelas de maior valor. Em *“A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura”* (2007) ele propõe uma reflexão sobre a responsabilidade da escola na legitimação das desigualdades sociais:

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos mesmos (BOURDIEU, 2007a, p.53).

A luz da teoria de Bourdieu a educação perde a função que lhe fora atribuída de transformar e democratizar a sociedades. Ela passa a ser vista como uma das principais responsáveis pela manutenção e legitimação dos privilégios sociais.

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 2007a, p.53).

Dentro dessa perspectiva é possível estabelecer um diálogo com Soares (1997), a autora aponta a aceitação da discriminação entre estudantes que a expressão “oportunidades educacionais” pressupõe. Para ela “sob o universalmente aceito princípio da igualdade nessas oportunidades subentende-se o princípio das desigualdades entre os indivíduos para fazer usos dessas oportunidades” (SOARES, 1997, p.53). Por meio de seu discurso, Soares questiona essa expressão tão difundida na linguagem educacional brasileira que mascara a legitimação de desigualdades apontada e criticada por Bourdieu. Nesse contexto a desigualdade de resultados é aceita como natural.

3.2. As políticas públicas e a igualdade de oportunidades

Um estudo que melhor ajuda na compreensão das questões apresentados aqui é o de Rossetto e Gonçalves (2015) que analisaram o acesso ao ensino superior no Brasil a partir de critérios de justiça distributiva. Eles realizaram uma discussão a respeito do ProUni, do FIES e da Lei das cotas a fim de observar se esses programas enquanto políticas públicas seguem critérios coerentes entre si e aderem aos princípios de igualdade de oportunidades como um todo. Para desenvolver a pesquisa eles utilizaram um modelo logit multinomial a fim de

identificar como variáveis de condição (renda, cor, escolaridade dos pais etc.) e esforço (horas de estudo, trabalho, atividades acadêmicas) influenciam a probabilidade de os alunos receberem os incentivos providos pelas políticas de cotas, FIES e o ProUni. Foram utilizados microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) para ingressantes entre 2008 e 2010. A análise dos dados forneceu evidências de que há injustiça distributiva no acesso ao ensino superior no Brasil pelo conceito de igualdade de oportunidades. Os dados apontaram que alunos com condições piores têm custos maiores de educação em algumas circunstâncias uma vez que, arcam com custos desproporcionais às suas condições. Eles também observaram que os programas como o ProUni, o FIES e as ações afirmativas nas IES públicas são avanços na direção de um sistema mais equitativo. No entanto, estas políticas atendem a um universo reduzido dos alunos matriculados no ensino superior, colocando em dúvida o quanto possam impactar na redução da desigualdade de oportunidades no acesso a esse nível de ensino. Eles concluem afirmando que é necessário uma discussão mais aprofundada sobre o financiamento do ensino superior como um todo e sobre a integração entre as diversas etapas de formação a fim de que haja um melhor direcionamento na gestão dessas políticas.

O trabalho dos autores traz um conceito importante que diz respeito a “igualdade de oportunidades” (COHEN, 1989). Segundo eles, a ideia vinculada a esse conceito é a de que as características que não podem ser controláveis pelos indivíduos, como a sua procedência familiar e sua carga genética não devem ser determinantes para definir as posições que os indivíduos irão ocupar na sociedade. Dessa forma a posição social de um indivíduo deveria estar ligada apenas a variáveis que ele possa controlar como por exemplo o esforço. Dessa forma “as políticas públicas têm o papel de compensar os indivíduos por suas desvantagens relacionadas às características não controláveis” (ROSSETO; GONÇALVES, 2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas aos questionários foram agrupadas por turmas e turnos nos seguintes gráficos:

Gráfico 01 - Percepções sobre a escola - Respostas do 9º Ano – Turno Matutino

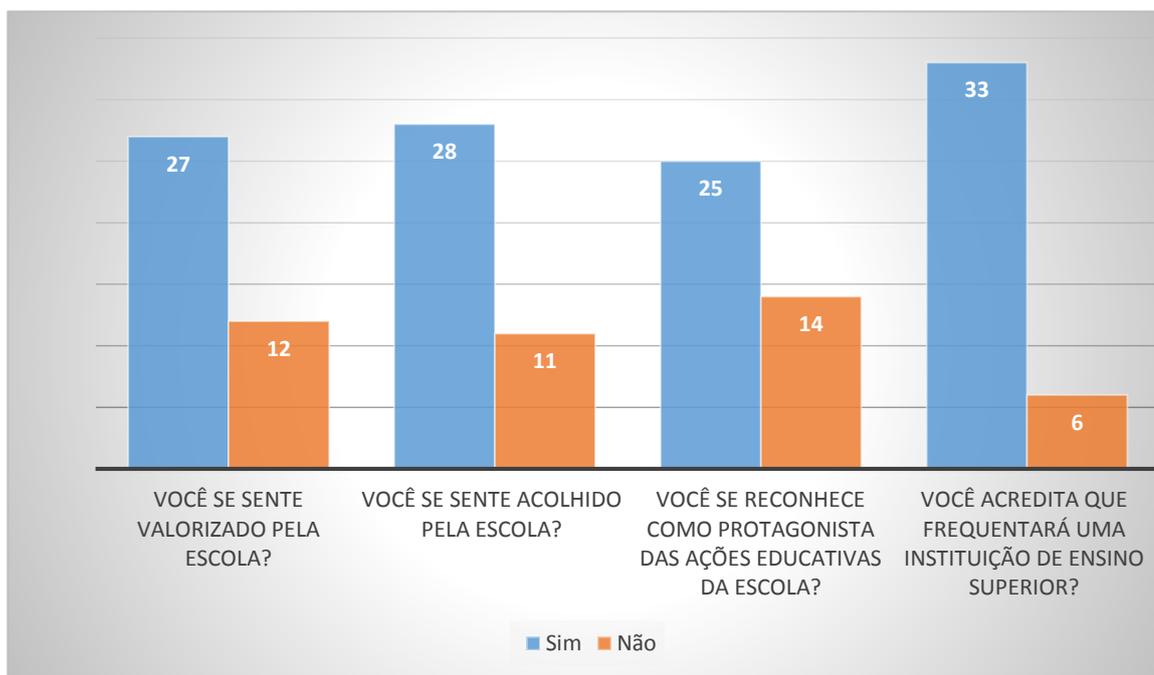
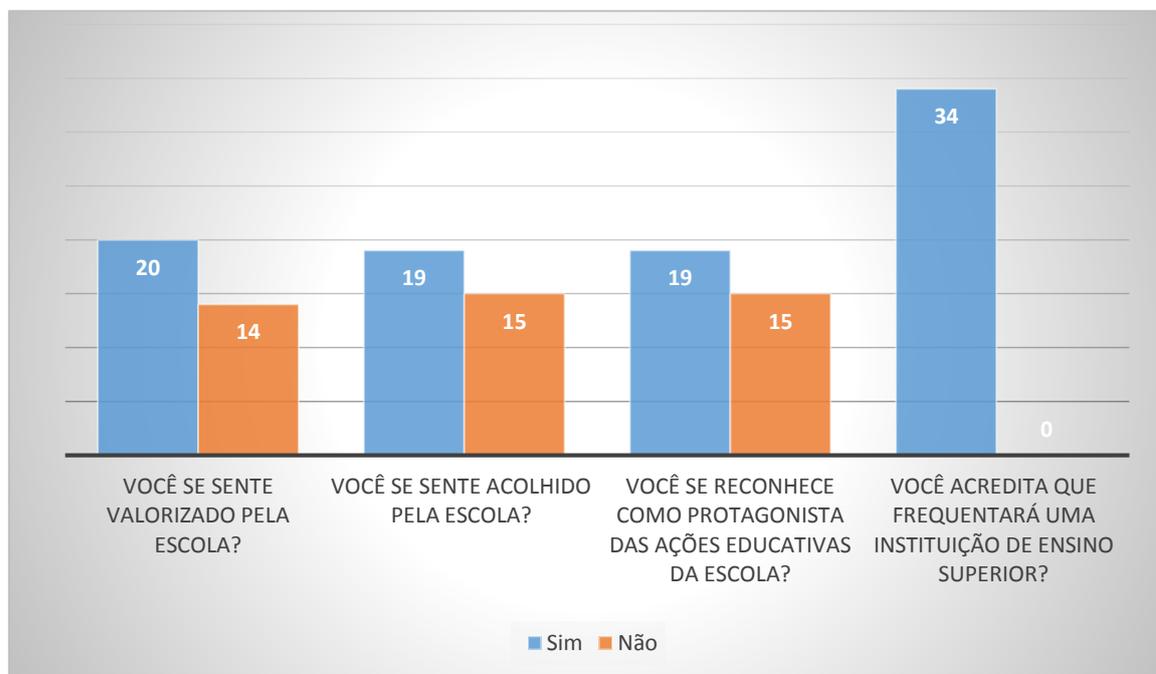


Gráfico 02 - Percepções sobre a escola - Respostas do 9º Ano – Turno Vespertino



A partir da análise dos dois gráficos referentes as turmas de 9º ano é possível observar que houve um número grande de alunos que afirmaram se sentir valorizados (47 alunos) e acolhidos pela escola (47 alunos). Entretanto as opiniões contrárias são preocupantes pois o número de alunos que afirmou não se sentir valorizado (26 alunos) e acolhido pela escola (26 alunos) é um número bastante expressivo. Esses números indicam que em alguma medida a escola, através de sua gestão e do seu corpo docente falha no sentido de não permitir que o aluno se sinta valorizado e acolhido. As justificativas escritas pelos alunos nos questionários exemplificam bem como essa relação se dá: muitos alegaram que a escola não acolhe as minorias, outros afirmaram se sentir discriminados e outros ainda disseram ser alvo constante de bullying e assédio por parte dos colegas, nessas situações eles reconheceram que não se sentiram amparados pela escola. No que diz respeito ao protagonismo das ações educativas, 44 alunos afirmaram o seu sentimento de serem protagonistas dessas ações, entretanto outros 29 alunos não se reconheceram nesse papel, esse dado indica que muitos alunos não se percebem como personagens principais das ações pedagógicas desenvolvidas na escola, isso nos leva a questionar se as práticas escolares estão sendo de fato pautadas no aluno como sujeito central. A última questão abordou a perspectiva dos alunos quanto ao acesso ao ensino superior e trouxe um dado interessante: mesmo os alunos que se expressaram de maneira negativa quanto a valorização e acolhida na escola e também sobre o seu protagonismo nas ações da escola afirmaram acreditar que irão frequentar uma instituição de ensino superior representando um total de 67 respostas positivas. Esse dado indica que para a maioria dos alunos os sentimentos de não pertencimento e não acolhimento não influenciam o desenvolvimento de uma visão otimista sobre o acesso ao ensino superior. Para a maioria deles o acesso ao ensino superior é uma expectativa que eles já tem construída e que não se altera diante de sentimentos negativos sobre a escola. Por outro lado seis alunos de uma das turmas analisadas afirmaram que não acreditam que irão frequentar uma Instituição de Ensino Superior (IES), esses mesmos alunos também assinalaram respostas negativas para as demais questões. Essas respostas indicam que pode existir uma relação direta entre o sentimento de pertencimento e o acolhimento na escola e a perspectiva de alguns alunos com relação a chegada ao ensino superior. Para alguns alunos a desvalorização no ambiente escolar pode impactar diretamente nas suas projeções para o futuro. Além disso e conforme destacaram Catany e Hey (2007) mesmo a adoção de programas como o ProUni e o FIES realizada nos últimos anos não foi eficiente para incorporar os mais pobres nas IES privadas, dessa forma seria necessário a utilização de um outro instrumento de

análise que permitisse ligar a condição socioeconômica do aluno a sua perspectiva de acesso ao ensino superior e assim poder dizer se os alunos em questão figuram entre os de menores condições financeiras. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que essa falta de perspectiva de alguns alunos com relação a sua chegada a uma IES pode ser um dos fatores que levam esses alunos ao abandono e a evasão contribuindo para o aumento das taxas de distorção idade-série.

Gráfico 03: Percepções sobre a escola - Respostas do 3º Ano – Turno Manhã

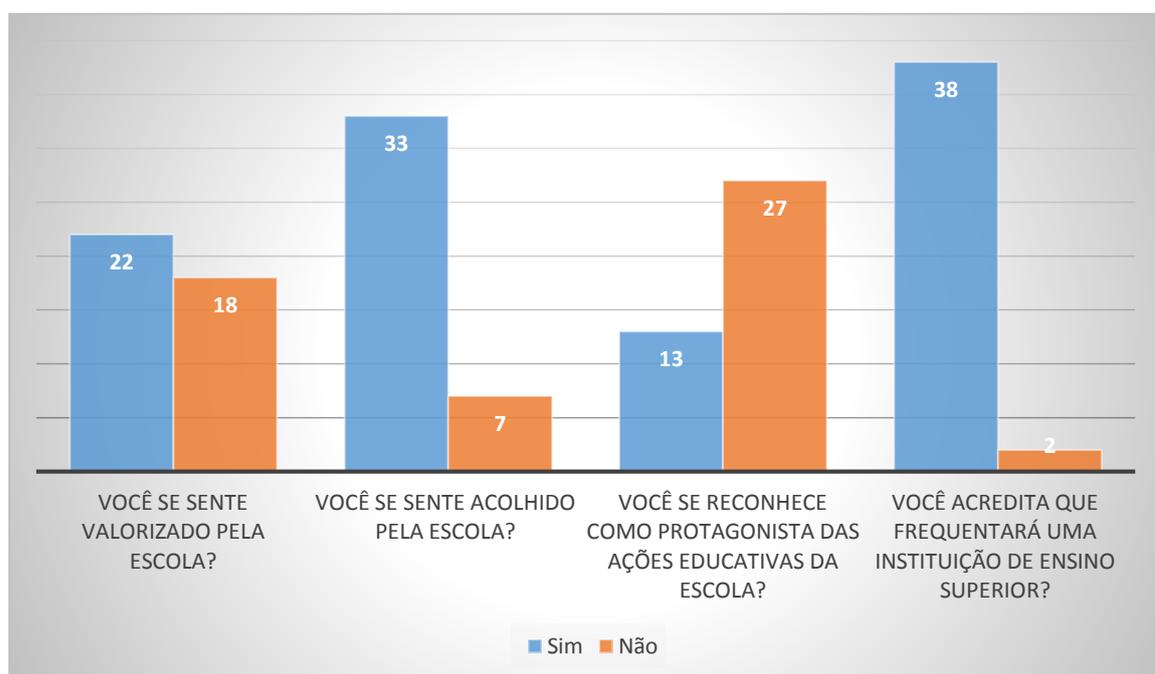
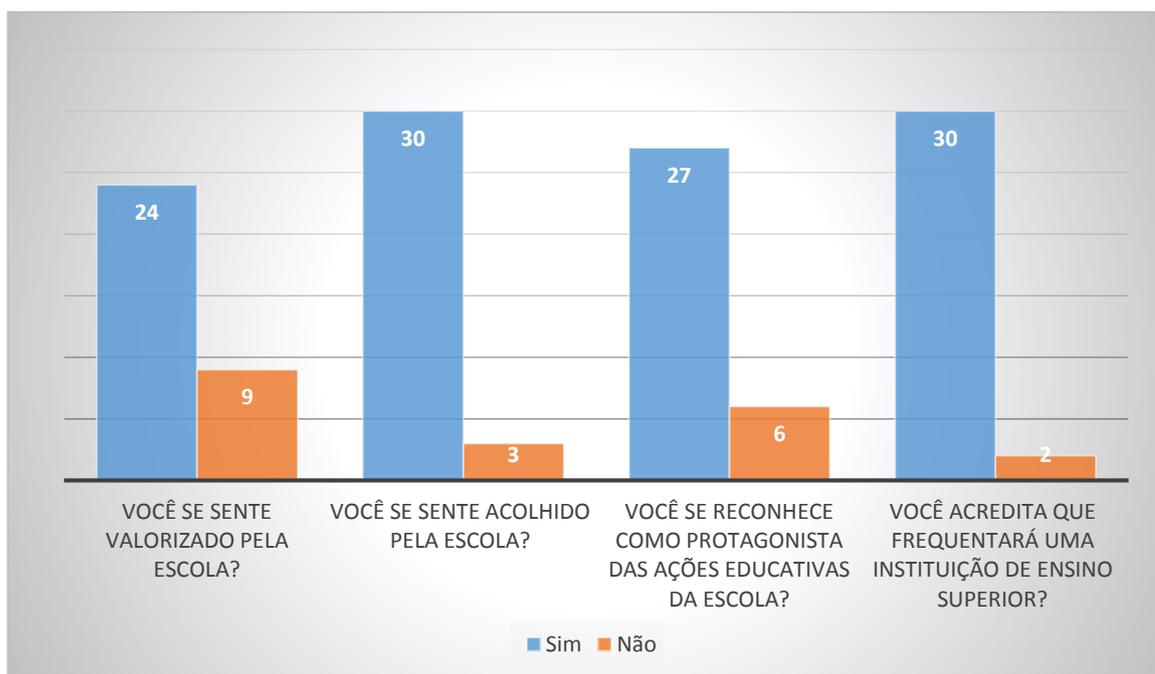


Gráfico 04: Percepções sobre a escola - Respostas do 3º Ano – Turno Vespertino



Nas respostas dos estudantes do 3º ano do ensino médio podemos observar que o padrão de respostas se repetiu no sentido de haver mais respostas positivas do que negativas, entretanto ao analisar os dois turnos observamos que os alunos da manhã se demonstraram mais negativos nas três primeiras questões com um número maior de alunos alegando não se sentir valorizado pela escola (18 manhã/9 tarde); não se sentir acolhido pela escola (7manhã/3 tarde) e não se sentir protagonistas das ações educativas (27 manhã/6 tarde). Mais uma vez os alunos sinalizaram a desigualdade com a qual a escola trata os alunos especialmente através da postura de alguns professores. Nas justificativas das respostas muitos alunos disseram se sentir inferiores a alguns colegas e destacaram o tratamento diferenciado que os alunos filhos de famílias com melhores condições financeiras recebem em detrimento a eles que se auto intitulam “alunos mais pobres”. Nesse ponto fica evidente a afirmação do que já havida sido afirmado por Bourdieu: a escola como ambiente de manutenção e legitimação de privilégios sociais, não há uma indicação da escola como um espaço de fato democrático de transformação da sociedade se dentro dessas escola muitos alunos se sentem excluídos e não valorizados.

Já no que diz respeito ao acesso ao ensino superior apenas dois alunos de cada uma das turmas afirmou não acreditar que irá frequentar uma IES os demais (38 manhã/30 tarde) acreditam que irão ter acesso a esse nível de ensino. Mais uma vez observamos que mesmo entre aqueles alunos que tem uma visão negativa do ambiente escolar e não se sentem acolhidos e valorizados nesse ambiente essa visão não atrapalha sua perspectiva de ter acesso a uma IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e relatos apresentados aqui são um retrato da injustiça que há por trás da aparente equidade do sistema de ensino, os números demonstram que se para alguns alunos a escola é um ambiente democrático de acolhimento e aceitação, esse sentimento não é compartilhado por todos os alunos e isso tira da educação a função de transformar e democratizar as sociedades. Para alguns alunos a escola não passa de um ambiente no qual eles veem os privilégios serem mantidos e no qual eles se sentem excluídos e marginalizados.

A desigualdade de oportunidades a qual se referiram Rossetto e Gonçalves (2015) para analisar o acesso dos alunos ao ensino superior por meio das políticas públicas de acesso criadas recentemente também irá se manifestar no interior das escolas, ela é sentida e manifestada pelos alunos. Isso nos leva a pensar sobre a importância de olhar para os aspectos geradores de desigualdades dentro das escolas para sair do vício de fingir que eles não existem, ou de reconhece-los e ignorá-los.

Em seus escritos, Bourdieu procurou questionar, nas sociedades de classes - temática perseguida por muitos intelectuais - a compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir. Compreender o mundo, para ele, converte-se em um poderoso instrumento de libertação – é esse procedimento que ele realiza, dentre outros domínios, no educacional. Dessa forma o caminho trilhado pelo autor deve seguir como guia para os docentes e gestores escolares: questionar as injustiças, compreender suas origens e a partir daí assumir uma postura crítica de não se deixar levar pela armadilha da aparente igualdade de oportunidades. Além disso, é importante observar como muitos alunos estão cientes das desigualdades presentes no interior das escolas e das práticas escolares e se posicionam de maneira crítica frente a elas. São necessários estudos mais aprofundados para conhecer esses alunos sob o aspecto social, de gênero e raça e assim analisar se existem ligações entre esses aspectos. Por fim é importante destacar o papel das políticas de acesso ao ensino superior como medida corretiva de um sistema que é desigual e injusto desde a base, portanto, se por um lado são necessárias políticas que fomentem ações para diminuir as desigualdades no interior das escolas, por outro também são necessárias políticas para garantir aos alunos oriundos das mais diversas trajetórias, não precisem passar novamente pelos efeitos da desigualdade para acessar o ensino superior.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. Orgs: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007 a.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Brandão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARVALHO, Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. *Econ. Apl.* [online]. vol.19, n.2. 2015. p.369-396. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502015000200369 > Acesso em 20 jun.2019.

CATANI, A.; HEY, A. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de pesquisa em educação**, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 78, Apr. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000200003&script=sci_arttext > Acesso em: 03. Abr0.2019.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: < <https://www.cedes.unicamp.br/> >

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010> Acesso em 10 jul.2019..

ROSSETO, Cristina B. de Souza; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300791&lng=pt&nrm=iso&tlng=en> Acesso em 15 jul.2019.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo soc.* [online]. vol.30, n.2. 2018. p.219-253. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em 20 jun.2019.